



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

SÁBADO, 22 :: março :: 2014

Cândida Oliveira

Foi realizada ontem, 21, na 1ª Vara da Justiça Federal audiência pública para discutir os problemas da saúde no Estado, conduzida pela juíza Telma Santos. Participaram da sessão representantes do Ministério Público do Estado, do Ministério Público Federal, do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), da Secretaria de Estado da Saúde, da Procuradoria do Estado e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS).

O pronunciamento dos representantes servirá de base para a decisão da juíza, no tocante à possível intervenção na saúde pública do Estado. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe (Sindimed/SE), João Augusto Alves, o sindicato participou do convencimento dos Ministérios Público Estadual e Federal, para que estes entrassem com o pedido de intervenção.

"Pelo que foi colocado na audiência, existe uma situação incontestada. O próprio Estado assumiu que há problemas e não conseguiram rebater as evidências", relatou o sindicalista. João espera que o réu, nesse caso o Estado, tire proveito da audiência. "Que o Estado tenha absorvido tudo que foi colocado, a fim de conseguir resolver todos os problemas, antes que seja tarde demais".

Em seu pronunciamento, o advogado público da Advocacia Geral da União (AGU), Alexandre Feitosa, deixou claro que não concorda com a intervenção. "A medida deve ser determinada pelo Supremo Tribunal Federal e não compete ao juízo de primeira instância estabelecer uma intervenção federal", colocou.

Após ouvir as partes, a juíza Telma Maria consentiu em ampliar de 30 para 60 dias o prazo para o Governo apresentar um

DIVULGAÇÃO



A SECRETÁRIA JOÉLIA SILVA SANTOS PRESTA ESCLARECIMENTOS NA AUDIÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

cronograma de gestão, porém avisou que terá cautela em dar um parecer final.

Também foram convidados a participar da audiência os conselhos de Medicina e de Enfermagem, além do Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe. A Prefeitura de Aracaju e o Ministério da Saúde, apesar de terem sido convocados, não mandaram representantes.

Entenda o caso - No mês de abril de 2013, o Sindimed/SE protocolou no Ministério Público Fe-

deral um dossiê composto por mais de dez mil folhas de processos judiciais, movidos pelo Ministério Público Estadual contra o caos instaurado na saúde pública do Estado e da capital sergipana. O material foi entregue à época ao procurador chefe Sílvio Roberto de Amorim Júnior.

Um calhamaço de folhas processuais, recortes de jornais com matérias denunciativas, veiculadas na imprensa local desde 2008, também compuseram o dossiê. De acordo com o presidente do Sindimed, João Augusto Al-

ves, a ação foi cuidadosamente preparada com o objetivo de que o MPF atue na investigação das verbas federais encaminhadas para aplicação no Estado. O Sindicato acredita que desde a criação das fundações hospitalares para gerir a saúde do Estado (em 2008) a situação piorou consideravelmente.

"A partir desse ponto, o caos e o desrespeito à saúde pública tornaram-se regra em Sergipe. Sendo assim, o MPE, de forma justa e competente, acabou obrigado a ingressar com inúmeras ações civis públicas para tentar minorar alguns dos problemas causados pelo advento das fundações", disse João Augusto.